

**O MARXISMO EM “EDUCAÇÃO FÍSICA: RAÍZES EUROPEIAS E BRASIL” DE
CARMEN LÚCIA SOARES**

**MARXISMO EN “EDUCACIÓN FÍSICA: RAÍZES EUROPEAS Y BRASIL” POR
CARMEN LÚCIA SOARES**

**THE MARXISM AT “EDUCAÇÃO FÍSICA: RAÍZES EUROPEIAS E BRASIL” BY
CARMEN LÚCIA SOARES**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i2.59761>

Marcelo Paula de Melo¹

Edson Marcelo Hungaro²

Julia Brito Diniz³

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar a presença do marxismo na publicação “Educação Física: Raízes Europeias e Brasil”, de Carmen Lúcia Soares (2012). Publicada em 1994 como livro, é fruto de sua dissertação de mestrado em educação pela PUC-SP em 1990. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica, tendo o texto de Carmen Lúcia como campo da investigação, procedendo assim uma análise documental. Para isso, foi realizada a leitura, fichamento e análise de autores e autoras emblemáticos da tradição marxiana e marxista (Mészáros, 2015; Wood, 2003), além da análise do livro “Educação Física: Raízes Europeias e Brasil” (Soares, 2012), expondo suas características e contradições. Com isso, observamos que, apesar de apresentar referências marxistas, Carmen Lúcia as utilizou apenas para contextualização histórica. Ao longo do texto, apresentou uma crítica genérica à ciência e uma especial atenção ao discurso como meio de apreensão da realidade, ao invés da análise da realidade concreta. Concluímos, portanto, que a tradição marxista se fez presente parcialmente na obra.

Palavras-chave: marxismo. raízes europeias. educação física. Carmen Lúcia Soares.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo analizar la presencia del marxismo en la publicación “Educación física: raíces europeas y Brasil”, de Carmen Lúcia Soares (2012). Publicado en 1994 como libro, es resultado de su tesis de maestría en educación en PUC-SP en 1990. La metodología utilizada fue una revisión bibliográfica, teniendo como campo de investigación el texto de Carmen Lúcia, procediendo así con un análisis documental. Se realizó una lectura, registro y análisis de autores emblemáticos de la tradición marxista y marxiana (Mészáros, 2015; Wood, 2003), además del análisis del libro “Educación Física: Raíces Europeas y Brasil” (Soares, 2012), exponiendo sus características y contradicciones. Con esto, observamos que, a pesar de presentar referencias marxistas, Carmen Lúcia las utilizó solo para el contexto histórico. A lo largo del texto presenta una crítica genérica a la ciencia y una especial atención al discurso como medio de aprehensión de la realidad, en lugar de analizar la realidad concreta. Concluimos, por tanto, que la tradición marxista estuvo parcialmente presente en la obra.

Palabras clave: marxismo. raíces europeas. educación física. Carmen Lúcia Soares.

Abstract: This study aims to analyze the presence of Marxism in the book "Educação Física: raízes europeias e Brasil", by Carmen Lúcia Soares (2012). Published in 1994, it was result of his master's thesis in education from PUC-SP in 1990. The methodology used was a bibliographic review, with the text of Carmen Lúcia as the field of investigation, thus proceeding to a documentary analysis. To this end, emblematic authors of the Marxian and

Marxist tradition were read, registered and analyzed. (Mészáros, 2015; Wood, 2003), in addition to the analysis of the book "Educação Física: Raízes Europeias e Brasil" (Soares, 2012), exposing its characteristics and contradictions. With this, we observe that, despite presenting Marxist references, Carmen Lúcia used them only for historical contextualization. Throughout the text, he presented a generic critique of science and a special attention to discourse as a means of apprehending reality, rather than the analysis of concrete reality. We conclude, therefore, that the Marxist tradition was just partially present in the work.

Keywords: marxism, physical education and Carmen Lucia Soares.

INTRODUÇÃO

Os anos 1980 e 1990 foram marcados pelo início de produções do chamado campo crítico da educação física. Aparece uma série de emblemáticas produções de professoras e professores já formalmente vinculados às universidades públicas ou que posteriormente realizariam essa aproximação e consolidariam relevantes carreiras. Sendo contemporâneo dos processos da saída pelo alto da última ditadura empresarial militar, da neoliberalização em nível mundial e da crise do socialismo real, essa configuração do chamado campo crítico não foi um processo unívoco. O surgimento de diversas produções críticas, algumas reivindicando nominalmente aproximações e/ou filiações ao marxismo (Coletivo De Autores, 1992), outras com a presença de uma série de categorias caras a essa tradição (Soares, 2012) produziu um quadro histórico de associação do Movimento Renovador em Educação Física ao marxismo, que supostamente sustentaria grande parte das obras. Hoje podemos falar que essa aproximação/filiação não foi sem contradições (Melo, Khalil, Silva & Magalhães, 2024; Melo, Carneiro & Magalhães, 2022; Melo, Moraes & Gawryszewski, 2021). Por isso, pesquisar a produção crítica da Educação Física em suas primeiras ocorrências nos anos 1980 e 1990 cumpre um papel de desnudar as bases ideopolíticas em que essas críticas estavam assentadas.

Os trabalhos acima citados fazem parte da pesquisa de longo prazo que buscou apreender quais foram (e se houve) as apropriações do marxismo em produções emblemáticas do Movimento Renovador da Educação Física dos anos 1980 e 1990. Também o motivo para essa pesquisa foi uma visão consolidada principalmente por pesquisadores adversários do marxismo (Lovisololo, 1995; Daolio, 1997) de que teria havido uma hegemonia dessa concepção de mundo nas primeiras obras desse Movimento Renovador da Educação Física. Questionamos vigorosamente essa suposta hegemonia, na medida em que a presença do marxismo nas produções dos anos 1980 e início dos 1990 da Educação Física era pouco madura, por diversos motivos. O fato de realizarem citações indiretas de autores dessa tradição ou mesmo citações de citações não significa incorporação de seu rico manancial categorial como instrumento de análise e posicionamento político. Autores e autoras que antes traziam essas citações afastaram-se integralmente dessa tradição no desenrolar de suas carreiras, passando a ser seus adversários. Isso indica, tão somente, que a referida e suposta hegemonia das concepções (proto) marxistas na Educação Física deva ser escrutinada para averiguarmos se realmente eram marxistas as produções chamadas assim à época. Como mostra Herold Junior (2009), debates críticos ao marxismo muitas vezes realizam a crítica a caricaturas do marxismo, supostamente sendo críticos ao conjunto dessa tradição.

Tendo esses elementos como pano de fundo, este estudo investigou especialmente a presença do marxismo no relevante livro “Educação Física: Raízes Europeias e Brasil” de Carmen Lúcia Soares. Fruto de sua dissertação de mestrado em Educação pela PUC-SP, defendida em 1990, foi publicado em livro pela Editora Autores Associados em 1994. Atualmente está na 5ª edição (2012). Buscamos investigar como o marxismo está presente nesse texto muito relevante do campo da Educação Física. Para isso, realizamos o mapeamento das citações diretas dos próprios fundadores dessa tradição ideopolítica, e de alguns de seus comentadores presentes no texto de Soares. Investigamos também a incorporação de elementos caros a essa tradição nas análises historiográficas da autora.

Objetivamente as perguntas de pesquisa são:

- a) Qual foi a presença do referencial marxiano e marxista nessa obra mencionada?
- b) Como essa presença impactou na apropriação e análise dos fenômenos educacionais que o livro de Carmen Lucia teve como objeto?

Sem nenhum anacronismo de cobrança de fidelidade religiosa a um suposto cânone marxiano e marxista, ou a cobrança extemporânea de avanços nos estudos dessa tradição que não estavam plenamente consolidados no final dos anos 1980 – avanço de novas traduções, maior presença de comentadores dessa tradição no cenário acadêmico – e que, por isso, não podiam estar presentes no texto, menos ainda ignorando o momento formativo da própria autora na realização desse estudo que, lembremos, se trata de uma dissertação de mestrado, nosso objetivo é captar a especificidade da presença da tradição marxista e marxiana nessa obra. Considerando que o desdobramento posterior da muito sólida e relevante carreira de Carmen Lucia Soares levou ao afastamento progressivo e definitivo dessa tradição ideopolítica, vislumbrar e avaliar como o marxismo apareceu nesse seu primeiro estudo de maior fôlego poderá trazer olhares para o percurso intelectual da autora e do campo da Educação Física.

MARXISMO E TEORIA SOCIAL

A necessidade de revolução social para Marx não se trata de um determinismo econômico, ainda que essa acusação seja constante por parte de seus detratores e de alguns de seus supostos admiradores. Ambos tributam a Marx uma ideia de que a revolução viria espontaneamente devido a crises cíclicas da ordem burguesa. Detratores se valem disso para indicar que as diversas crises do capital ao longo da história sempre encontram formas de reajustarem sua rota, indicando a inexistência da noção de crise estrutural (Mészáros, 2015). Por outro lado, os simpatizantes de Marx, em sua defesa cada vez que uma crise do capital não se revela sua crise terminal, indicam que ainda estaríamos por ver a tal crise inescapável.

Mészáros (2015, p. 149) alerta que o fato de haver desaparecido a experiência do socialismo real “[...] não elimina as contradições fundamentais do próprio capital, como modo de controle sociometabólico, e, portanto, não invalida o conjunto da teoria de Marx, que se refere ao último”. Mesmo a sobrevivência sistêmica do capital às suas crises não infirma o cerne da teoria marxiana acerca do caráter

cíclico dessas crises. Ao mesmo tempo, cumpre registrar que existem limites objetivos à expansão. Mesmo o esforço apologético de diversas frações burguesas e intelectuais orgânicos da burguesia de desassociar qualquer manifestação imediata de crise societária como expressão da crise capitalista não consegue esconder o óbvio que salta diante de nossos olhos. Os processos de deslocamento estrutural dessas crises sistêmicas e orgânicas do capital não encontrarão respostas eternas e indefinidas – e só o fazem em escala menor com avalanche destrutiva exploratória sobre trabalhadores e natureza, com resultados expostos a olhos nus. Como afirma Mészáros (2015):

Deslocamento significa postergar (não liquidar) a saturação das válvulas de escape disponíveis e maturação das contradições fundamentais. Também significa estender as fronteiras historicamente dadas do capital, mas não eliminar os seus limites estruturais objetivos e explosivos (p. 151).

Ellen Wood (2003) acerta ao falar que a crítica radical ao capitalismo anda fora de moda, ainda que nunca suas contradições – aumento da exploração sobre os seres humanos e sobre a natureza – foram tão explícitas. Ao mesmo tempo, foi deveras comum ao longo do século XXI uma apologia das resistências locais e particulares, juntamente à hostilidade a visão global e totalizante do capitalismo como relação social. A confusão deliberada entre abordagem da totalidade com abordagem totalitária – produzida por diversas variantes do tempo pós moderno – produziu um estado de coisas reativo à crítica radical ao capital. Tanto que “o ‘pós-marxismo’ deu lugar ao culto do pós-modernismo, e a seus princípios de contingência, fragmentação e heterogeneidade, sua hostilidade a qualquer noção de totalidade, sistema, estrutura, processos e ‘grandes narrativas’” (Wood, 2003, p. 13). Assim, a rejeição à totalidade permite evitar o embate central com o sistema social – em toda sua plenitude de relações sociais constitutivas – capitalista, que é a forma de organização social mais totalizante que já existiu. A mercantilização em larga escala de quase a totalidade da existência indica tal processo.

Se, realmente, a recusa ao marxismo teve grande incremento com o fim da URSS e da guerra fria é também verdade que suas raízes podem ser buscadas antes desses eventos. A crítica radical ao capitalismo cedeu lugar a busca fragmentada por espaços, interstícios, assim como uma crítica genérica e impessoalizada ao poder e ao saber como elementos centrais de uma época, prepararam terreno para a recusa posterior a qualquer menção do capitalismo como sistema. A particularidade do materialismo histórico radica na abordagem da totalidade social como unidade sistêmica, mesmo que para isso realize análises de fenômenos particulares. A apreensão do real como totalidade social apenas indica que cada elemento particular carrega em si de maneira interligada as questões políticas, econômicas e culturais. Mesmo que tenhamos tido marxistas deterministas, esses eram (ou são) os expoentes mais empobrecidos dessa tradição. Como afirma Ellen Wood (2003, p. 15), “essa versão do marxismo pouco difere das teorias convencionais de evolução e progresso sociais ou de uma visão ‘estagista’ da história como uma sucessão de ‘modos de subsistência’ associados à economia política clássica”. Não por acaso, para muitos adversários do marxismo foi comum a consideração desse marxismo vulgar, de cariz Stalinista e/ou positivista, como representativo do conjunto da tradição. Daí nascem as acusações de determinismo

tecnológico, de etapismo e de economicismo no marxismo sem que seja preciso ir à textualidade de Marx, Engels, Gramsci, Lênin ou Lukács para justificar suas acusações.

Como afirma Wood (2003), “no fim, enquanto os ‘novos movimentos sociais’ passaram a ser, para alguns, a principal motivação política para abandonar o marxismo, o althusserianismo se tornou o principal canal teórico por meio do qual o marxismo ocidental percorreu o caminho para chegar ao pós-marxismo e ir além” (p. 18). Tanto que Wood afirma não ser surpreendente a “[...] passagem mais ou menos direta, com ou sem escala no althusserianismo, do marxismo determinista para o que parece ser o seu oposto. A história sempre desaponta o determinismo”. (2003, p. 19). As abordagens estanques dos momentos objetivos e subjetivos do ser social são temas que escapam à teoria marxista.

Não por acaso, não foi raro a passagem de marxismo vulgar e nada dialético para a negação completa da tradição. Assim, foi recorrente a passagem desse marxismo vulgar determinista para seu contrário. De uma relação não dialética entre econômico – entendido mecanicamente como forças produtivas que determinariam de fora o conjunto da vida social – e político/cultural para uma rejeição de qualquer participação seja dos interesses concretos de classes na explicação do real foi um caminho presente em muitos campos. Isso gerou a

[...] afirmação ‘pós-marxista’ da ‘não correspondência’ entre o econômico e político – bem como o abandono da política de classe que ela implica – a rejeição não apenas do grosseiro modelo base/superestrutura, mas também das complexas idéias materialistas que aquela metáfora infeliz deveria substituir. [...]. De acordo com o quadro de referência ‘pós-marxista’, é simplesmente impossível, por exemplo, rejeitar o ‘economicismo cru’ – em geral entendido como determinismo tecnológico – e ainda assim acreditar na política de classe, na centralidade do conflito de classes na história, ou na primazia da classe trabalhadora na luta pelo socialismo. Se uma classe trabalhadora unida e revolucionária não surgir pronta do desenvolvimento natural das forças produtivas do capitalismo, não existe ligação orgânica ou ‘privilegiada’ entre classe trabalhadora e socialismo, nem entre as condições econômicas e as forças políticas (Wood, 2003, p. 53).

A diminuição do trabalho sindicalizado por meio da expressão da precarização de trabalho por aplicativo não é o fim da luta de classes. Significa, apenas, que os trabalhadores e trabalhadoras ultraprecarizados não conseguem mecanismos coletivos para defenderem-se da realização dos interesses de classes de seus novos patrões – agora fundos de investimento invisíveis a olhos nus em companhias globais –. Não existe demonstração mais cabal da luta de classes que essa, ainda que os resultados sejam trágicos aos trabalhadores e trabalhadoras.

No debate acerca do desenvolvimento capitalista como inseparável da tragédia colonialista em muitos campos do globo, Losurdo (2015) é cirúrgico ao traçar uma linha de continuidade entre eventos históricos que (apenas) aparentemente seriam desconexos. Repito apenas porque há um fio de ligação na consecução dos interesses de classes da burguesia em nível mundial, mediados por suas expressões locais nas muitas formações sociais.

É recorrente comparar condições de vida de países centrais com países periféricos da ordem capitalista nos famosos rankings dos mais diversos. Certamente, em geral, há uma completa abstração histórica do percurso que permitiu a alguns as boas condições de vida em termos de escolaridade, saúde

de sua população, níveis de urbanização das cidades dentre outros elementos. A tese francamente consagrada do fracasso das revoluções populares precisa ser problematizada para além dos resultados práticos imediatos. Primeiro, em geral, são movimentos de defesa contra ocupações e/ou regimes abertamente fascistas com tudo de pior que encontramos na história da humanidade. Losurdo (2015) mostra como as revoluções anticoloniais são e foram julgados por sua (suposta) falta de resultados práticos em elevar as condições de vida de suas populações – ainda que não seja possível de forma alguma dizer que as teriam enquanto povos coloniais –. A tese do fracasso econômico volta no julgamento acerca da experiência Cubana de 1959, Chinesa de 1949, nas Revoluções de libertação colonial africana e, principalmente, na primeira delas, que foi a Revolta de Santo Domingo/Haiti de 1804. Mesmo não alcançando – e disso não resta dúvida, ainda que sem a compreensão de como os países centrais agiram deliberadamente para impedir qualquer possibilidade de comércio, intercâmbio científico/tecnológico, quando não sabotagem expressa e direta por meios mais diversos, sem excluir tentativas de contragolpes e/ou assassinatos das lideranças desses países – , condições de vida similar ou realizando integralmente suas promessas de elevação radical das condições de vida, é preciso ter claro que a contribuição desses à emancipação coletiva é imensa. Especialmente sobre a Revolução de ex escravizados em São Domingos, Haiti, no início do século XIX, liderado pelo jacobino negro Toussaint Louverture. Domenico Losurdo (2015) é preciso ao indicar que taxar de fracasso por conta das imensas barreiras de construção de uma sociedade estável, implica em ignorar a imensa contribuição que a primeira derrubada do sistema escravista em nosso continente teve nos processos similares de Ushuaia ao Canadá.

O MARXISMO EM RAÍZES?

O campo da Educação Física não passou incólume pelos processos políticos dos anos 1980 no Brasil e no mundo. A anistia e a volta dos exilados (ocorrida no limiar da década anterior), o fim do bipartidarismo da ditadura militar, a diminuição do terrorismo aberto das classes dominantes contra aqueles que lutavam contra ditadura e contra exploração de trabalhadores, trabalhadoras e da natureza, a efervescência dos movimentos sociais em geral, e particularmente em torno da campanha das DIRETAS JÁ; cada elemento desses incidiu de formas diversas no universo educacional em geral, e na educação física em particular.

Com considerável rebatimento do campo crítico das ciências humanas em geral, e com maior aproximação à Educação – com vários egressos cursando estudos de mestrado e doutorado –, a Educação Física passou a ser palco de disputas teórico-políticas até então pouco presentes na área. Uma parte considerável desse campo crítico indicava possuir vínculos ideopolíticos com a tradição marxista. Uma série de conceitos, em geral naquele contexto fruto de leituras de comentadores, começa a aparecer nas produções do campo da Educação Física. A configuração de uma feição progressista à principal – e, naquele momento, a única – entidade científica da Educação, o Colégio Brasileiro de Ciências do

Esporte, por meio da conquista de posições por professores e professoras filiados ao campo crítico também representou um sopro de mudanças não apenas para a produção teórica, mas para a atuação profissional em muitos âmbitos, incluindo na educação básica.

A obra de Carmen Lucia Soares é fruto desse caldo de cultura. O livro “Educação Física: raízes europeias e Brasil”, como já dito fruto da dissertação de mestrado defendida em 1990 e publicado em livro inicialmente em 1994, trata da história da Educação Física entre 1850 e 1930, ressaltando a influência europeia na Educação Física brasileira. O primeiro capítulo “As bases políticas, econômicas e sociais da educação física” começa contextualizando os principais acontecimentos do século XIX na Europa, e a função delegada à Educação Física nesse período. A autora afirma que:

Na consolidação dos ideais da Revolução Burguesa, a Educação Física se ocupará de um corpo a-histórico, indeterminado, um corpo anatomofisiológico, meticulosamente estudado e cientificamente explicado. Ela negará o funambulismo, os acrobatas, a especulação, e buscará as explicações para a sua atuação na visão de ciência hegemônica na sociedade burguesa: a visão positivista de ciência (Soares, 2012, p. 4).

Nesse início de capítulo, a autora introduz o objeto que ganhará bastante atenção ao longo do livro: a visão positivista de ciência, já a apresentando como base para a atuação da burguesia. A autora traz Eric Hobsbawm para contextualizar o período, e algumas citações a Marx: uma nota de rodapé para definir “força de trabalho”, e uma citação direta sobre o embrutecimento do homem diante da industrialização. Ao longo do capítulo, volta seus esforços a criticar a ciência, caracterizando-a como uma ferramenta da burguesia para conter os avanços do movimento operário. Mais precisamente afirma que “conter os avanços do movimento operário e desenvolver um conjunto de crenças, ideias e valores capaz de determinar ‘cientificamente’ o ‘lugar de cada um’ torna-se imperioso para a burguesia contrarrevolucionária no poder” (SOARES, 2012, p. 9).

A segunda parte do primeiro capítulo discorre sobre como as políticas de saúde na França e na Inglaterra se traduziram em “formas explícitas de controle das populações urbanas” (Soares, 2012, p. 15), e para isso utiliza duas fontes principais: o livro *Microfísica do poder*, de Foucault (1985), e *Da Polícia Médica à Medicina Social*, de George Rosen, (1979). Sobre o corpo individual, Soares (2012) afirma:

O corpo individual, como unidade produtiva, máquina menor da engrenagem da indústria capitalista, passa a ser então uma **mercadoria**... será um objeto socializado pelas novas relações de produção, um instrumento a mais que deverá ser meticulosamente controlado para ser útil ao capital (p. 15. Grifo nosso).

Mais uma vez a autora traz Karl Marx em nota de rodapé para definir um conceito: mercadoria (Soares, 2012, p. 15). Entretanto, não se aprofunda em explicar o que seria esse corpo individual enquanto mercadoria, pois logo no parágrafo seguinte a autora começa a trazer citações diretas de Foucault e referir-se ao corpo como realidade biopolítica. Soares (2012) afirma que o corpo individual “constitui-se em espaço de investimento do poder que a nova sociedade exerce” (p. 16), e para introduzir o conceito de realidade biopolítica, afirma:

[...] o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica (Foucault, 1985 apud Soares, 2012, p. 16).

Nessa afirmação, a autora acaba dissociando os mecanismos de controle biológico ou corporal da ideologia de classe dominante, como se fossem processos independentes e não expressões da mesma tentativa de manutenção da ordem burguesa. Mais ainda, é deveras revelador atribuir à sociedade em geral, e de maneira abstrata, o controle sobre indivíduos. A relação aqui não é entre classes, mas sim entre sociedade e indivíduos.

Partindo da concepção de corpo como realidade biopolítica, Soares (2012) cita a medicina como forma de coerção e repressão na sociedade, concluindo que:

[...] o conhecimento médico, ao curar doenças, conter epidemias e, nesse sentido, aumentar o tempo de vida útil dos indivíduos, significou uma certa “libertação” para o homem e para a sociedade. Entretanto, não podemos deixar de apontar o caráter contraditório desse conhecimento que, ao mesmo tempo que liberta, aprisiona; transforma-se em mecanismo de controle por parte do Estado, que o reconstrói em poder disciplinar e, de modo ora sutil, ora acintoso, utiliza-o para o controle das grandes massas urbanas (p. 16-17).

A falta de uma visão dialética dos processos de lutas sociais não permite ver conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras. A primeira menção à “libertação” estar entre aspas no original parece indicar ressalvas acerca desse processo. Se de fato sempre foi uma demanda burguesa poder contar com uma força de trabalho saudável, para os trabalhadores a conquista de direitos sociais é também fruto de luta. Em um momento em que as expectativas de vida eram baixíssimas, curar doenças, conter epidemias e aumentar o tempo de vida também é demanda dos trabalhadores. Não lhes foi presenteada pelas classes dominantes em nenhuma formação social capitalista, central ou periférica. Foram conquistas de movimentos organizados de trabalhadores e trabalhadoras. Cinco momentos centrais da conquista do sufrágio universal e das liberdades, políticas e civis e de conquistas de direitos sociais são integralmente estranhos ao projeto liberal. Desdobramentos populares da revolução francesa, Revolução dos escravizados em Santo Domingo/Haiti em 1804, Revolução de 1848, a Comuna de Paris de 1871 e a Revolução Russa de 1917 são momentos históricos de pânico burguês, tratadas, segundo Losurdo (2004) com desdém, desconfiança ou hostilidade expressa. Como alerta o pensador Italiano, “é um dado de fato que precisamente os países com uma tradição liberal mais consolidada acumularam um considerável atraso histórico no próprio terreno da emancipação política” (Losurdo, 2004, p. 51). Não há de forma alguma um desenvolvimento linear e espontâneo entre liberalismo e democracia. Onde se lograram conquistas democráticas foi apesar do que diziam os liberais.

No mesmo trecho, nota-se que Soares (2012) traz o “Estado”, de forma abstrata, como sujeito na disputa, ao invés da burguesia. Tal característica é recorrente durante o livro. A autora se distancia da teoria marxista e tem como elemento central as relações de poder, mantendo-se fiel ao seu referencial Foucaultiano, que posteriormente encontrará mais centralidade em sua obra.

Soares (2012, p. 20) remete novamente a Foucault (1985) para afirmar que “a ‘medicalização da família’ foi uma das formas intervencionistas utilizadas pelo Estado para moralizar e domesticar as classes trabalhadoras” (p. 20, grifo da autora). Dentre essas intervenções, Soares (2012) destaca a valorização do trabalho doméstico e a função delegada à mulher de “internalizar e disseminar práticas higiênicas moralizadoras” (p. 23), sob a acusação de que os hábitos da classe operária seriam a fonte de sua miséria. E diante disso, Soares (2012) acrescenta:

É preciso reorganizar suas vidas, alterar radicalmente seus hábitos... redefinir o seu espaço de vida. Os sanitaristas se encarregarão de executar esta “nobre” tarefa a eles outorgada pelo Estado. É em nome da “saúde” que se fará uma assepsia no meio físico... e será promovido o uso higiênico da habitação. E é assim que os programas de habitação popular surgem como mais um instrumento de controle social da classe operária (p. 23).

Observamos neste trecho uma crítica muito contundente de Soares (2012) ao pensamento higienista que, ao culpabilizar a classe trabalhadora por sua miséria, oculta a verdadeira causa, o capitalismo. Por outro lado, ainda nesse contexto, Soares (2012) afirma que “a extensão da escolarização primária, assim como dos serviços de saúde, representaria duas importantes formas de controle ideológico inovadas pelo Estado” (p. 25). Ou seja, duas importantes demandas da classe trabalhadora, acesso à saúde e educação, são retratadas pela autora apenas e tão somente como controle ideológico do Estado.

Por isso, Domenico Losurdo (2015) insiste que chamar lutas de classes no plural implica abarcar suas multiplicidades de formas de ocorrência histórica. Ainda mais que, raramente, a luta de classes “[...] se apresenta em seu estado puro, quase nunca se limita a envolver os sujeitos diretamente antagonistas; sobretudo, é justamente por essa ausência de ‘pureza’ que ela pode desembocar em uma revolução social vitoriosa” (Losurdo, 2015, p. 37). Assim, conceber as lutas de classes no plural, tal qual a lição trazida pelo Manifesto Comunista de 1848, não indica somente “[...] repetição do idêntico, o contínuo recorrer à mesma forma da mesma luta de classes; não, o plural remete à multiplicidade das configurações que a luta de classes pode assumir” (Losurdo, 2015, p. 29).

Por isso, continuando nessa direção, Losurdo (2015, p. 20) faz questão de incluir e recuperar as preocupações legítimas nos escritos de Marx e Engels, e em muitos momentos da tradição marxista, não apenas com “[...] a libertação/emancipação da classe oprimida (o proletariado), mas também [com] a libertação/emancipação das nações oprimidas”, ressaltando que “a luta pela emancipação das nações oprimidas não é menos importante do que a luta pela emancipação do proletariado”. O outro lado desta mesmíssima moeda é tomar também as reações orgânicas das classes dominantes em nível mundial como expressão das lutas de classes. Infelizmente, do ponto de vista fático, mas expressando a concretude do conceito de lutas de classes, concordamos com Domênico Losurdo (2015, p. 342) quando afirma não ser prudente nem honesto esquecer que “[...] a luta de classes é também aquela que visa perpetuar a exploração e opressão [...]. Em Marx e Engels a luta de classes não tem necessariamente um juízo de valor positivo”. A noção de uma suposta pacificação das lutas de classes para expressar tempos de menos

confrontos abertos dentre movimentos contestatórios e seus adversários numa determinada formação social pode estar levando a não ver esse processo como vitória momentânea das classes dominantes em desorganizar as forças de contestação ou cooptá-las em nível local, geralmente, como mostra a história, ao preço de aumento da exploração e opressão, juntamente à destruição ambiental, como forma de viabilizar seus lucros.

No capítulo 2 “Em nome da saúde do corpo social...”, a autora se aprofunda mais na atuação de instituições sociais que teriam contribuído para a manutenção da ordem burguesa, como a instituição escolar. Soares (2012) afirma:

A expansão da escola primária juntamente com as medidas sanitárias de intervenção no meio físico e com a pedagogia da “boa higiene”, por meio de suas “regras de vida saudável”, constituíram-se em mecanismos de controle social e de difusão de um saber próprio de uma classe – a burguesia [...] (p. 28).

E, mais adiante, no mesmo capítulo, acrescenta:

A extensão da escolarização primária foi colocada, então, como um dos mecanismos privilegiados para o controle das formas de pensamento e de ação do “corpo social”, e, dentro da escola, ganhava espaço um conteúdo bastante enaltecido pelo pensamento médico e pedagógico ao longo de todo o século XVIII. Estamos referindo-nos ao exercício físico como elemento da educação, tão enaltecido por Rousseau, Basedow, Pestalozzi e pelos políticos revolucionários franceses que fizeram da educação, lei, como Condorcet e Leppelletier (SOARES, 2012, p. 39-40).

Nesses dois últimos trechos destacados, a extensão da escolarização primária aparece novamente como apenas e tão somente mecanismo de controle. A demanda da classe trabalhadora por escolarização desaparece e ganha contornos que seria danoso do ponto de vista de sua organização política na contraposição à exploração burguesa. Isso certamente não encontra correspondência nas posições dos clássicos do marxismo, pois ignora a dialeticidade de ser a escola uma instância contraditória. A escola proporciona a expansão do saber clássico de inserção na vida social de forma que ao mesmo tempo em que promove à submissão, abre portas para seu oposto.

Ainda sobre a inserção da Educação Física na escola, Soares (2012) afirma:

As ciências biológicas e a moral burguesa estão na base de suas formulações práticas. Desta forma, torna-se indispensável frisar que o espaço dado à Educação Física, se, por um lado, representa avanço para a Educação, constituindo mais um elemento laico na sua estruturação, por outro, representa atraso, significando disciplinarização de movimentos, domesticação, pois se configura como mais um canal, absolutamente dominado pela burguesia, para veicular o seu modo de corpo, de atividade física, de saúde... a sua visão de mundo (p. 40).

Mais uma vez a autora retrata as ciências biológicas como cúmplices da exploração burguesa. Essa abordagem pouco ou nada dialética, em que não há espaço algum para luta dos setores de baixo, visto ser “absolutamente dominado pela burguesia”, não pode ser tributada às manifestações mais avançadas do marxismo. Repetimos que, nesse momento histórico, o acesso à escolarização, assim como a proibição do trabalho infantil, ainda eram – e seguem sendo – bandeiras históricas de trabalhadores e trabalhadoras em diversos países centrais.

Losurdo (2015, p. 63) é preciso ao indicar que a busca por abarcar a totalidade do processo histórico implica em conceber a luta de classes como uma “teoria geral do conflito social”, trazendo esses conflitos sociais diversos e multifacetados para o terreno da história. Os conflitos associados às lutas de classes não dizem respeito apenas a indivíduos isolados em contendas com outros indivíduos. Trata-se de conflitos que remetem a sujeitos sociais, que de maneira expressa ou indireta, associam-se a ordem social em direta articulação à divisão social do trabalho e à organização da vida coletiva. Tanto que há menção em Marx e Engels de lutas de classes que põem em conflitos diferentes classes exploradoras seja de um mesmo país ou de países diversos, com fortes indícios históricos de terem como consequência uma guerra aberta, ainda que com exceções. Mas há que se considerar as multiplicidades de lutas emancipatórias, que ganham contornos de “lutas de classes do ponto de vista dos sujeitos sociais engajados a consegui-la, assim como os sujeitos sociais resolvidos a bloqueá-la ou impedi-la” (Losurdo, 2015, p. 64).

As lutas de trabalhadores de diversas categorias profissionais em distintos países que testemunharam in loco (Alemanha, França e Inglaterra), além de muitas outras que tomaram conhecimentos em seu tempo, levaram Marx e Engels a identificar essas lutas como parte de uma luta global contra outra classe, a burguesia. Essa também manifestava interesses particulares e globais com outros membros de sua classe em nível local e em outros países. Havia movimentos políticos locais e globais que agiam como classe, com potencial de produzir mudanças nas correlações de forças de seu tempo. Não houve uma descoberta do conceito de classe por Marx e Engels e sim uma interpretação da realidade social com base nesses construtos (Badaró, 2019).

Na escrita de Marx e Engels também se encontram menções do conceito de classe não apenas com vistas a ações de trabalhadores, mas também acerca das ações burguesas, afinal “os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que tem de promover uma luta comum contra uma outra classe; de resto, eles mesmo se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência” (Marx e Engels citados por Badaró, 2019, p. 25).

A questão puramente semântica exige algum cuidado. Termos como classe operária, proletários, trabalhadores, subalternos tendem a serem usados como sinônimos ou expressão de variação idiomática. Bensaid (citado por Badaró, 2019) fala que Marx preferia a expressão proletários, mesmo conhecendo as variações idiomáticas entre inglês, francês e alemão. Essa preferência guarda relação com entendimento que processo de proletarianização abarca distintos grupos de pessoas que vendem sua força de trabalho em diferentes processos efetivos de trabalho, incluindo setor de serviços, agricultura e, claro, indústria, campo que Marx e Engels tiveram contato mais direto. É preciso deixar claro que Marx não tratou da classe trabalhadora como sinônimo de trabalhador da indústria (operário). Tanto que a distinção de trabalho produtivo/trabalho improdutivo e trabalho simples/complexo nunca esteve em questão para definir se os realizadores desses tipos particulares de atividade laboral por meio da venda da força de trabalho, compõem a classe trabalhadora. Seriam as condições de proletarianização e os processos de assalariamento que definem o ser trabalhador, independente de onde ocorram esses

processos, incluindo o fetiche total do autônomo vinculado a aplicativo como trabalhadores ultra precarizados sem direitos conquistados por outras categorias em outros tempos e/ou em outros países.

Na terceira parte do segundo capítulo, a autora introduz as escolas de ginástica da Alemanha, Suécia e França, principais influências da Educação Física no Brasil, ressaltando suas finalidades:

[...] regenerar a raça (não nos esqueçamos do grande número de mortes e de doenças); promover a saúde (sem alterar as condições de vida); desenvolver a vontade, a coragem, a força, a energia de viver (para servir à pátria nas guerras e na indústria) e, finalmente, desenvolver a moral (que nada mais é do que uma intervenção nas tradições e nos costumes dos povos) (Soares, 2012, p. 43).

Ao discorrer sobre essas escolas, a autora tem como objetivo “trazer um número de informações que permitam a compreensão da presença do pensamento médico higienista na Educação Física” (Soares, 2012, p.43). Sobre a ginástica alemã, Soares (2012) relata que a finalidade era principalmente fortalecer o espírito nacionalista, e para isso:

Acreditavam os idealizadores da ginástica alemã que este “espírito nacionalista” e este “corpo saudável” poderiam ser desenvolvidos pela ginástica, construída a partir de “bases científicas”, ou seja, das ciências que dominavam a sociedade da época: a biologia, a fisiologia, a anatomia (p. 43).

Neste trecho, a autora afirma que a biologia, a fisiologia e a anatomia dominavam a sociedade, agora não mais tratando a ciência como cúmplice ou coadjuvante da dominação, mas como sujeito dominante. Menos do que a avaliação do caso particular alemão, é deveras revelador essa atribuição de que as referidas ciências dominavam a sociedade à época, sendo as mesmas agentes do processo de dominação – este então objeto de preocupação da autora.

Sobre a ginástica sueca, Soares (2012) indica que sua “base científica” com fins “pedagógicos” e “sociais” fizeram esta prática se difundir em outros países, inclusive no Brasil, de forma que a ginástica alemã foi se restringindo aos estabelecimentos militares, e a sueca se expandindo para a Educação Física civil, dentro e fora do âmbito escolar. As aspas envoltas nas expressões “pedagógicos”, “sociais” e “base científica” talvez quisessem demonstrar divergências da autora em nomear sem contradições como tais os processos descritos. Ao falar sobre a ginástica francesa, Soares (2012) reconhece que as preocupações com a debilidade física eram procedentes, e remete a Marx para trazer um dado histórico:

No que tange ao alistamento militar, por exemplo, a França teve, na primeira metade do século XIX, sérias dificuldades em arregimentar soldados para a sua infantaria. Marx observa que, de 1818 a 1832, as leis que regulamentavam a altura mínima exigida para o alistamento na tropa sofreram grandes alterações. Foi necessário diminuir a altura exigida para ter soldados na tropa (Marx, 1985, p. 270)” (Soares, 2012, p. 51).

Neste trecho, vemos que a citação a Marx é apenas para inserir este dado histórico. Ainda neste capítulo, Soares (2012, p. 53) remete mais uma vez a Marx, ainda que sem o citar. Mais expressamente, indica em nota de rodapé que informações acerca da Comuna de Paris – tema da citação – poderiam ser buscadas em “Karl Marx, (1983)”. Mais expressamente, Soares afirma que:

[...] na segunda metade do século XIX, período no qual a burguesia europeia já não é a única protagonista da história moderna. Uma novíssima força política surge: o moderno proletariado industrial, que, na França, instaura a primeira experiência

mundial de Poder Operário, em 1871, a Comuna de Paris, e faz nascer concepções inovadoras na educação (p. 53).

Sobre os métodos ginásticos, Soares (2012) conclui que:

Todavia, o conteúdo anatomofisiológico ditado pela “ciência” constitui o núcleo central das distintas propostas, além do que, é claro, a moral de classe, o culto ao esforço (individual), a disciplina, a obediência... ordem, adaptação, formação de hábitos... Orientados para o desenvolvimento físico e para a saúde, o que se evidencia é que esses métodos ginásticos convêm à burguesia, porque trazem, marcadamente, a possibilidade de enaltecer o indivíduo abstrato, descolado das relações sociais, e são porta-vozes de uma prática neutra, cultuando ainda o “mito do homem natural e biológico” (p. 55).

Portanto, a autora reconhece a existência dos interesses burgueses na proposta de métodos ginásticos, e ainda assim, coloca como centralidade do problema o conteúdo anatomofisiológico ditado pela “ciência”. Ao afirmar que esses métodos ginásticos, por serem baseados na ciência, enaltecem o indivíduo abstrato, a autora ignora que as doenças, a morte e a fome que a ciência estuda são tão concretas quanto a miséria e a exploração do operariado. Inclusive, o próprio conteúdo anatomofisiológico comprova que o trabalho na fábrica é degradante, e comprova a importância de uma boa alimentação, descanso e acesso à saúde, que são demandas históricas da classe trabalhadora, estando a centralidade radcada na correlação de forças entre burguesia e classe trabalhadora, que proporcionaram condições de vida degradantes.

O terceiro capítulo é sobre a história da Educação Física no Brasil e sua forte relação com as instituições médicas e militares, constituindo uma Educação Física marcadamente militarizada, higienista e eugenista. Ainda na primeira parte deste capítulo, Soares (2012) reconhece que “são inegáveis os avanços das descobertas científicas na contenção das doenças, das epidemias e do grande índice de mortalidade” (p. 58). Entretanto:

[não] se trata de negar ou desvalorizar a importância destes fatos. O que importa é notar que a própria eficiência científica da higiene funcionou como auxiliar na política de transformação dos indivíduos em função das razões de Estado. Foi porque a medicina era, de fato, empírica e conceitualmente científica que sua ação política foi mais operante [...]. O Estado brasileiro que nasce com a abdicação é o motor-propulsor do súbito prestígio da higiene. A atividade médica coincidia e reforçava a solidez de seu poder, por isso recebeu seu apoio (Costa, 1983, apud Soares, 2012, p. 58).

Neste trecho, apesar da autora reconhecer os avanços científicos, ela continua atribuindo esses avanços a um interesse de Estado. Mais uma vez colocando o Estado como sujeito desvinculado da luta de classes, cujo interesse é reforçar a solidez de seu poder. Uma concepção de Estado apartado das lutas entre as classes e ele próprio sendo sujeito com interesse concreto é marca de um conceito de Estado que se afasta do Marxismo de Gramsci, Marx, Lênin e Poulantzas. A maioria das sociedades urbanizadas, próximas do conceito de sociedade ocidentais de Gramsci, testemunhou fortíssimas lutas por incorporação de direitos e formas de democratização.

Os objetivos de apresentação de crítica à atuação da aparelhagem estatal como garantidor das condições objetivas e subjetivas da dominação burguesa e/ou reprodução das relações sociais capitalistas

não tem a pretensão de um vislumbre de uma sociedade sem formas coletivas de gestão da vida social. Como afirma Mészáros (2015) essa mais que necessária crítica ao Estado “[...] não pode significar que passaremos a defender a transformação de nossa inevitável modalidade de reprodução social em algum tipo de comunidade utópica de vila bucólica” (p. 89). Pensar no intercâmbio entre produtores livremente associados não é o mesmo que paraíso na Terra. Mais do que um prenúncio de um futuro, importa aqui reconhecer que:

A crítica radical da formação do Estado no capital em nossa época está diretamente relacionada ao seu – cada vez mais perigoso – *fracasso histórico* em cumprir suas *funções corretivas* vitais que são requisitadas pelo processo reprodutivo material antagônico. Como resultado, o agora *Estado em falência* (a dolorosa realidade de nosso tempo, a despeito de quantos trilhões endividados são despejados no buraco sem fundo do capital) pode apenas pôr em perigo o processo metabólico social geral, em vez de solucionar a crise (Mészáros, 2015, p. 94. Itálico no original).

Na quarta parte deste capítulo, Soares (2012) apresenta o interesse da “nova classe dirigente” em “[...] uma educação pública e estatal para o povo, uma vez que a ignorância deste impedia a entrada do país no mundo da modernidade” (p. 73). Segundo a autora, para alcançar esse objetivo a “elite dirigente” importou teorias europeias, de forma que a educação e a saúde foram influenciadas por correntes como positivismo, evolucionismo e organicismo. O silenciamento das lutas dos de baixo por direitos, incluindo acesso à educação formal, melhorias de saúde e condições de vida desaparece, restando os presentes concedidos pelas classes dominantes. O papel da escola como elemento central à emancipação de trabalhadores e trabalhadoras, incluindo certamente suas novas gerações, não pode ficar escanteado à concepção da escola monoliticamente como agente da dominação burguesa.

Ao iniciar a quinta parte deste capítulo, Soares (2012) segue retratando a disputa entre as frações da classe dominante brasileira, dividida em capitalista e escravista, com o advento da República representando a vitória do capitalismo. Sobre o novo regime, Soares (2012) afirma:

Um regime assim, se, por um lado, “desenvolve” a sociedade brasileira, iniciando, ainda que tardiamente, a sua integração ao capitalismo mundial, por outro, e como face do mesmo processo, acentua a miséria, degrada a vida e destrói os laços mais singelos e ternos que unem os indivíduos, atirando-os desde muito cedo a um tipo de trabalho degradante e mal pago (p. 80).

Nessa afirmação, a autora acaba retratando o avanço do capitalismo como um retrocesso, por acentuar a miséria, degradar a vida e destruir laços. As terríveis condições trazidas pelas relações sociais capitalistas – cuja documentação é extensa – não autoriza uma crítica com vistas a noção de uma piora das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. É muito mais próximo do marxismo uma cobrança às promessas não cumpridas pelas frações burguesas em cada um dos processos de suas revoluções – de resto bem diversas em cada formação social – do que um lamento acerca da “acentuação da miséria, degradação da vida e destruição de laços mais singelos e ternos que unem os indivíduos”. Em relações de trabalho e vida pré-capitalistas essas idealizações acerca das condições de vida dos de baixo – bem como suas ínfimas possibilidades de lutas políticas organizadas contra seus exploradores –, não autorizam essas afirmações. Ao menos se se pretende alguma filiação ao marxismo.

Em seguida, a autora destaca o viés moralizador desse “projeto burguês” e o interesse da intervenção médico-higiênica, que era voltada ao meio ambiente para “garantir, de fato, a formação de indivíduos fortes, saudáveis e úteis à pátria” (Soares, 2012, p. 83), sem alterar as relações sociais ali presentes. Soares (2012) afirma:

Em nome da saúde, fala-se em metros cúbicos de ar, de ventilação e de luz necessários ao espaço da casa e do trabalho e, desse modo, processa-se um rigoroso esquadramento da população trabalhadora, exercendo-se, assim, um controle “científico-político” do meio (p. 83, grifo da autora).

Mais uma vez a autora se refere a contribuições importantes para a saúde das maiorias como ferramenta de controle. Em seguida, a autora fala sobre a Educação Física nesse contexto, estruturada em bases fisiológicas e anatômicas e prescrita por médicos higienistas, que defendiam sua inclusão na escola, buscando adequar os corpos “aos novos padrões exigidos pela sociedade de mercado”, além de melhorar e regenerar a raça (Soares, 2012, p. 85). Entretanto,

O que tornava o povo miserável, doente, degenerado física e mentalmente eram as condições de vida e de trabalho impostas pelo capital, e que somente mais tarde, na década de 1920, passam a ser denunciadas pelos médicos em seus relatórios e em seus congressos como ameaça à “saúde” da sociedade e da nova ordem, denúncias que tinham o cuidado de isentar de culpa o Estado brasileiro (Soares, 2012, p. 86).

Na última parte do terceiro capítulo a autora se aprofunda no debate de educação física e eugenia, apresentando algumas ideias de Fernando de Azevedo. A autora ressalta o interesse dos intelectuais da época em propagar a eugenia “[...] para além do espaço familiar, num outro espaço também homogeneizador – a escola” (SOARES, 2012). E destaca que, para Fernando de Azevedo, “a cultura atlética ou Educação Física é entendida [...] como medida eugênica e, portanto, como elemento da educação eugênica e higiênica do povo” (SOARES, 2012, p. 103). Nesse contexto, Fernando de Azevedo busca “status científico” para a Educação Física. Segundo Soares (2012),

Se, de um lado, essa busca contribuiu para conferir credibilidade e aceitação para a Educação Física, seja no âmbito escolar, seja fora dele, de outro lançou as bases para a elaboração de uma concepção biológica e médica de Educação Física, tendo, portanto, como objeto de trabalho um corpo biológico destituído de historicidade (p. 106).

Nesse trecho, a autora afirma que foi a busca pelo “status científico” que destituiu o corpo de historicidade. A causa desta destituição de historicidade do corpo, assim como do avanço da eugenia, é o interesse concreto das classes dominantes, incluindo uma protoburguesia em busca de sua consolidação como classe dirigente. A burguesia não busca a ciência para definir suas concepções, e sim sustentá-las, reafirmá-las à luz de seus interesses efetivos. Ela defende suas concepções, projetos e demandas, ainda que sob a falsificação da realidade.

Soares (2012) também relata que Fernando de Azevedo encara a Educação Física como uma questão médica, e não pedagógica, e a percebe como um “[...] excelente instrumento de educação não apenas física, mas, fundamentalmente, moral” (p. 110). Pensamento também encontrado na obra de Rui Barbosa.

Para finalizar o capítulo, Soares (2012) conclui:

A Educação Física desenvolvida no âmbito escolar, ou fora dele, acentua as representações que a sociedade tem dos indivíduos, seja do seu corpo – entendido como corpo biológico, a-histórico –, seja de sua moral – entendida como amor ao trabalho, à ordem, à disciplina –, seja de seu espaço na sociedade – entendido como resultado do esforço individual, da tenacidade, da vontade.

Fruto da biologização e medicalização das práticas sociais, a Educação Física foi estruturada a partir do ideário burguês de civilidade, significando, de um lado, conquista individual e mágica de saúde física, e de outro, disciplinarização da vontade. Desse modo, constituiu-se em importante instrumento de construção da ordem [...] (p. 111).

A noção de que a Educação Física acentuaria as representações que a “sociedade” em geral – e tomada de maneira abstrata – tem dos indivíduos desistoriciza os processos descritos. Vemos então que a autora persiste em retratar a biologia e a medicina como origens dessa concepção da Educação Física, enquanto o ideário burguês apenas a estrutura. Esse entendimento funciona para conferir centralidade à “biologia” e à “medicina” como sujeitos políticos dos processos. Mesmo reconhecendo a existência do “ideário burguês”, esse não se estrutura na análise como a efetivação de interesses das classes dominantes.

Nas considerações finais a autora afirma:

A Educação Física no período analisado (1820-1930) apresentou-se como “científica” e, portanto, convincente, uma vez que as práticas sociais que se apresentassem como tal, gozavam de status e eram assimiladas como hierarquicamente superiores. Atendeu, no seu tempo e espaço, aos critérios de cientificidade propostos pela abordagem positivista da ciência (hegemônica no período), e foi respeitada e aclamada por assim se apresentar. [...]. Sintonizados com os valores dominantes do seu tempo, o tempo da crença na ciência que experimenta, comprova, generaliza e descobre leis, esses pensadores, de fato, promoveram a Educação Física e tematizaram o corpo biológico ao mergulharem nas propostas higienistas de forte caráter disciplinar. Assim, mostraram o corpo à sociedade, que passa a querer “educá-lo” (Soares, 2012, p. 114).

Ao se referir ao “tempo da crença na ciência”, Carmen Lúcia coloca a ciência como uma questão de fé, e retrata os pensadores como fiéis, sugerindo que essa crença e essa fidelidade que o levaram a defender as propostas higiênicas e eugênicas em questão. Além disso, se refere a ciência como valor dominante. Não era a ciência que era dominante e sim os interesses burgueses.

CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo foi possível elencar algumas características norteadoras do livro (SOARES, 2012). Dentre elas, uma crítica genérica ao racionalismo e a ciência, e uma especial atenção ao discurso como meio de apreensão da realidade, ao invés da análise da realidade concreta. De fato, o discurso supostamente científico foi muito utilizado para justificar as atrocidades cometidas pelas classes dominantes em geral e particularmente a protoburguesia, como observamos na leitura do livro. Entretanto, ao atacar genericamente a racionalidade e a ciência, a autora perde de vista a crítica à ordem

social vigente e os interesses efetivos de classes, bem como os mecanismos de lutas de classes (tanto das dominantes como das dominadas nesse processo).

Estão presentes algumas citações a Marx no livro, mas sendo utilizadas apenas para contextualização histórica. Mesmo quando invocado o termo “mercadoria” para descrever o corpo na sociedade capitalista, não houve um aprofundamento ou continuidade, sendo logo substituído pelo termo foucaultiano “realidade biopolítica”. Além disso, não houve um reconhecimento da classe trabalhadora na luta de classes. A expansão do ensino, do saneamento básico, das políticas de habitação, entre outras políticas que atendem aos interesses da classe trabalhadora foram tidas apenas como mecanismos de controle, em uma completa abstração da luta de classes, retratada como uma via de mão única. Portanto, podemos afirmar que, apesar das esparsas citações a Marx, o marxismo não se fez presente nessa publicação.

É preciso reconhecer que “Educação Física: Raízes Europeias e Brasil” traz algumas questões que, infelizmente, não foram superadas pelo campo em sua dinâmica efetiva em seus múltiplos espaços de intervenção. Sendo assim, ainda é imprescindível a leitura crítica deste livro na formação em Educação Física, seja para o âmbito escolar ou não. O limite do livro não está no apontamento destas problemáticas, mas na falta de uma análise que supere a aparência, busque a essência e se proponha a transformar a realidade. Apesar da presença de Marx e de alguns de seus comentadores, à luz do conhecimento atual dessa tradição podemos afirmar que esse texto não pode ser considerado como expoente dessa filiação ideopolítica.

REFERÊNCIAS

- BADARÓ, Marcelo. **A Classe trabalhadora: de Marx aos nossos Tempos**. São Paulo: Boitempo: 2019.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- DAOLIO, J. **Educação Física Brasileira**: autores e atores da década de 80. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Paulo, v. 18, n.03, p. 182-191, 1997.
- HEROLD JUNIOR, C. Os usos da categoria trabalho na educação física. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, SP, v. 9, n. 35, p. 48–58, 2009.
- LOSURDO, D. **A Luta de Classes**: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo Editorial: 2015.
- LOSURDO, D. **Democracia ou bonapartismo?** Rio de Janeiro; editora UFRJ; 2004.
- LOVISOLO, H. R. **Educação Física**: A arte da mediação. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.
- MELO, M. P.; CARNEIRO, A. B.; MAGALHÃES, C. H. F. "Educação Física Progressista"? Ou marxismo sem Marx: uma reflexão sobre o movimento renovador da Educação Física na década de 1980. **Germinál: Marxismo E Educação Em Debate**, 14(2), 594–609.
- MELO, M. P.; GAWRYSZEWSKI, B.; MORAES, V. C. A. A educação física e aprendizagem social: um diálogo de Bracht com a filosofia marxista. **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, 2021.

MELO, M. P.; KHALIL, G. J.; SILVA E. G.; MAGALHÃES, C. H. F. Educação Física cuida do corpo e mente de João Paulo Subirá Medina: marxismo sem Marx e a difícil tarefa de semear no deserto. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p 1-20, 2024.

MÉSZÁROS, I. **A Montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo: 2015

SOARES, C. L. **Educação Física: Raízes Europeias e Brasil**. 5ª edição. Campinas: Autores Associados, 2012.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Notas

¹ Doutor em Serviço Social (UFRJ), professor da UFRJ do curso de Educação Física e do PPG Educação.

² Professor Associado IV da Faculdade de Educação Física/FEF da Universidade de Brasília – UnB. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1385612484699042>.

³ Assistente Administrativo no Núcleo de Envelhecimento Humano (Nuceh) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel em Educação Física pela UFRJ (2022) e Licenciada em Educação Física pela UFRJ (2024). Cursando Mestrado em Educação pela UFRJ, desde 2025. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3251544596296551>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0335-4552>.

Recebido em: 09 de mar. 2024
Aprovado em: 19 de ago. 2025